

Questões emergentes da crise do Golfo

MARIA CARRILHO*

O tema da nova arquitectura de defesa europeia adquiriu ainda maior importância à luz dos recentes desenvolvimentos da situação mundial: a guerra no Golfo e o agravamento da instabilidade na União Soviética. Tornou-se evidente que a questão da defesa é fulcral para qualquer projecto de união europeia ou, se não de união, pelo menos de conjugação ou concertação europeia com vista a uma política externa com algum peso significativo. Por outro lado, depois de um curto período promissor, o aumento da conflitualidade internacional obriga a um questionamento sobre os conteúdos das próprias políticas de defesa, implicando também um renovado esforço de reflexão e de investigação no plano teórico.

Sem pretender delimitar a discussão, chamarei a atenção para dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à relação que as actuais sociedades tecnologicamente avançadas estabelecem com o instrumento militar e a guerra. O segundo tem a ver com o armamento, sua produção e controlo.

O instrumento militar e a guerra nas sociedades avançadas

A guerra tem sido um fenómeno tão recorrente na história das sociedades humanas e, ao mesmo tempo, tão devastador, que nos desafia a penetrar no que parece ser um absurdo se tivermos em conta o conceito de *Humanidade*. Contudo, muitos povos houve que suportaram longos anos de guerra no seu território, conseguindo mobilizar os seus recursos e sobrevivendo, mesmo a uma derrota. A guerra era vista à maneira clausewitziana, como prolongamento ligado a uma determinada política, de que era instrumento extremo. De algum modo as sociedades conseguiam «viver» em guerra, ou seja, manter os fundamentos da sua estruturação política, social e mesmo económica. O princípio da «nação armada»,

* ISCTE

adoptado pela revolução francesa, baseava-se não só na ideia de que o envolvimento generalizado num objectivo comum era garantia de força nacional mas também assentava numa concepção de vida social que integrava os cidadãos-soldados e, eventualmente, um esforço de guerra na própria *pátria* (outro conceito desenvolvido pela revolução francesa). Esse princípio persistiu ainda até à época da Primeira Grande Guerra, vindo a ser substituído pelo de «nação em guerra», que predominou ao longo da Segunda Guerra Mundial. Considerava-se que a afirmação militar e a sorte da guerra dependia da capacidade do país em produzir os meios e todo o apoio material necessários ao esforço de guerra. Ainda se lidava com a previsão de que a guerra podia acontecer em território nacional, e que as respectivas sociedades e a sua estruturação social e económica poderiam manter-se. A experiência da guerra de 1939-45 constituiu um decisivo abalo para as ideias que integravam a guerra em pé de igualdade com outros grandes fenómenos sociais e que a consideravam um estímulo necessário para o progresso ou, pelo menos, um «mal necessário» para o revigoreamento e avanço dos povos¹. Principalmente devido ao potencial destruidor revelado pela bomba atómica, a partir de então a ideia da «necessidade» e mesmo da inevitabilidade da guerra tem vindo a ser cada vez mais contestada. O estudo da génese das guerras evidencia-lhes as causas económicas e políticas, e as responsabilidades de grupos e indivíduos nas decisões que a elas conduzem. A guerra deixou de estar fatalmente inscrita no «destino» ou na «natureza» da humanidade, para tornar-se um resultado de acção concreta dos homens.

Por outro lado, no jogo do poder internacional, outros trunfos têm vindo a impor-se, para além da força militar, como é o caso do nível económico e tecnológico e da influência cultural.

O velho paradigma de interpretação dos conflitos bélicos, no qual se partia de uma básica compatibilidade guerra-sociedade, em que os contendores podiam ir até ao limite das suas capacidades, tem vindo a ser posto em causa na sua aplicação às sociedades actuais. Recentemente, alguns conceituados cientistas sociais avançaram para a discussão sobre a adopção de novos paradigmas que de um ponto de vista teórico possam permitir o desenvolvimento da investigação sobre bases mais adequadas. É neste contexto que são lançadas ideias como o paradigma das «sociedades sem guerra» (*warless societies*), ou mesmo de «sociedades sem forças armadas» (*armyless societies*), assim como os conceitos de

¹ Intelectuais de origens e ideologias tão diferentes como Byron, Comte, Proudhon, Zola tinham aceiteado estes pontos de vista.

«vulnerabilidade civil», de «sociedade industrial de alto risco» e de «incompatibilidade tendencial» entre tais sociedades e o facto militar².

Nestas teorias, existe pelo menos uma base que me parece heurísticamente fecunda. Pode ser resumida do seguinte modo: através do processo de industrialização e com o avanço tecnológico, as sociedades actuais criaram estruturas funcionais heterogéneas e extremamente complexas, que perderam aquela robustez característica dos sistemas sociais pré-modernos que dispunham de uma estrutura funcional com elevado grau de intercambialidade, de capacidade de substituição. As actuais sociedades industriais de alto risco apresentam um elevado grau de vulnerabilidade em pontos estratégicos (transformação e distribuição de energia, sistemas centralizados de abastecimento de água, sistemas de telecomunicações e redes de computadores, vias e meios de transporte, etc.). Sem falar na vulnerabilidade da estruturação e organização social do espaço, com grandes cidades e áreas industriais altamente dependentes de abastecimentos diários. E, *last but not least*, os hábitos sociais de vida e de consumo inerentes às sociedades de mercado. De tudo isto resulta a incompatibilidade de tal estruturação societal, com situações de guerra. «Dentro das próprias fronteiras nacionais», acrescentaríamos.

Creio, no entanto, que a crise do Golfo nos pode levar mais além da ideia de «incompatibilidade». A preservação das actuais sociedades tecnologicamente avançadas implica assegurar a reprodução da estrutura funcional do sistema. Para tal é necessário não só manter uma situação de paz no seu interior, como também assegurar-lhe os meios materiais estratégicos. No jogo das interdependências mundiais, isto traduz-se na deslocação da fronteira da vulnerabilidade. O perímetro territorial de um país não delimita todas as suas vulnerabilidades. No plano heurístico poderá ser útil, em relação a um Estado, federação ou confederação, começar a distinguir entre «fronteira de soberania» (ou seja, aquela definida pelo direito internacional e reconhecida pelas Nações Unidas) e «fronteira de vulnerabilidade». Em apoio desta ideia podem referir-se alguns factos e esboços de teorização recentes. O cientista político Joseph Nye, por exemplo, admite que «os programas nacionais de segurança, no mundo de hoje, são na maioria elaborados para assegurar o bem-estar económico, autonomia de grupo e status político, e não apenas a

² A tese «Warless Society» foi apresentada por Charles Moskos na conferência do International University Seminar (IUS) sobre Forças Armadas e Sociedade, em Baltimore, Outubro de 1989, e desenvolvida sucessivamente, nomeadamente na comunicação apresentada pelo mesmo autor no XII Congresso Mundial de Sociologia, Madrid, Julho de 1990. As outras ideias são apresentadas principalmente por Wolfgang Vogt: «Incompatibility - a missing paradigm in American sociology», comunicação apresentada na conferência do IUS acima referida; e «'Warless' or 'Armyless' Society?», comunicação apresentada no XII Congresso Mundial de Sociologia.

sobrevivência física dentro das fronteiras nacionais»³. Quanto aos factos, é fácil reconhecer que o tecido social de um determinado país pode ser afectado, por exemplo, pela difusão da droga, a partir de centros exportadores; o seu meio-ambiente pode ser contaminado devido a desastres ecológicos ocorridos em países vizinhos. Sem falar, é claro, no factor energético, como fica demonstrado com a crise do Golfo. A interdependência, já amplamente reconhecida no plano económico, é também efectiva pelo que diz respeito aos riscos.

É provável que estas tendências vão agravar as conflitualidades interestados. Não lhes prestar atenção parece-me ilusório ou mesmo perigoso. As regras da convivência internacional talvez tenham de ser adaptadas às novas realidades.

E, passando para o aspecto ideológico, creio que é patente a falta de coerência nas regras de relacionamento internacional, assim como há um notório desfasamento entre as realidades e os discursos. Os responsáveis políticos evitam admitir razões materiais para determinadas decisões ou ausência delas. É certo que Timor ainda não era um país independente, membro das Nações Unidas, quando foi invadido e esmagado pela Indonésia. Mas, de qualquer modo, como é que a comunidade internacional assiste impassível à destruição de um povo e não julga legítimo adoptar pelo menos medidas económicas e políticas contra o invasor? Como explicar, por exemplo, a atitude da Austrália em relação ao Koweit e, por outro lado, em relação a Timor? A desorientação da que é denominada «opinião pública» é notória e compreensível. Assiste-se assim, hoje, a uma espécie de indefinição, de anomia, no plano das legitimações. Os discursos legitimadores são pouco convincentes: Se nos países não democráticos e com baixo nível de instrução isso pode não ter grande repercussão, o mesmo não acontece nos Estados Unidos e, principalmente, na Europa, onde a tradição cultural inclui um elevado e bastante generalizado nível de discussão de ideias.

A crise de confiança nos próprios valores civilizacionais pode agravar-se, com efeitos de desmotivação social – factor altamente negativo para a acção de qualquer governo ou para a realização de qualquer projecto, nacional ou internacional.

Armamento: lógica positiva vs. lógica de mercado

As questões relacionadas com o armamento são das mais difíceis de discutir, pelos interesses objectivos em causa e pelas posições subjectivas que envolvem. Perante um tema

³ Joseph Nye, Jr., «A transformação do poder mundial». Diálogo, n.º 1, vol. 24, 1991, p. 4.

tão profundamente ligado à questão mais incómoda na organização das sociedades humanas - a violência - é fácil a radicalização de opiniões. No caso da guerra do Golfo, ficou patente a importância da posse de armas de vários tipos e tornou-se evidente que o Iraque não teria levado tão longe as suas pretensões de liderança da zona se não dispusesse de um arsenal considerável. Demonstrou-se também o elevado grau de perigosidade, para a paz mundial e para os próprios povos, derivado da enorme concentração de armamento numa determinada zona. Convém recordar que os países do Médio Oriente, nas décadas de setenta e de oitenta, foram os maiores compradores de armamento, absorvendo cerca de 45 por cento das vendas de armas em todo o mundo. Neste comércio, ninguém está isento.

Os principais fornecedores de armamento são os Estados Unidos e a União Soviética, mas também a Europa ocupa um lugar importante. Mesmo países da Ásia e América Latina, como a China, a Índia, o Brasil, a Argentina, têm promovido o seu armamento no exterior.

«A bomba atómica mata mesmo sem rebentar»: é uma frase celebrizada por Josué de Castro nas Nações Unidas, nos anos cinquenta. Com ela traduzia a ideia da natureza socialmente negativa dos gastos em armamento, principalmente para os países em vias de desenvolvimento. Apesar disso, os países do chamado Terceiro Mundo têm vindo a edificar as suas próprias indústrias de armamento, e alguns deles desenvolveram capacidade nuclear ou orientaram-se para as armas químicas, mais baratas. A indústria de armamento permite aliar a investigação científica aos resultados económicos, à influência político-militar do próprio país... Alguns especialistas consideram, criticamente, que estamos perante uma estratégia de desenvolvimento, embora enviesada⁴.

Já Eisenhower, no seu discurso de despedida, em Janeiro de 1961, alertava para a importância do «complexo militar-industrial». A participação da indústria privada era estimulada, pois que a pesquisa e produção de armamento sofisticado exigiam grande esforço financeiro. A necessidade de rentabilizar tal produção levou a que os próprios Estados se empenhassem cada vez mais na comercialização do armamento e a um envolvimento cada vez maior na própria produção, embora de forma indirecta⁵.

Em suma, o armamento convencional (e não só) tornou-se uma mercadoria como qualquer outra, dependente do mercado, que vai desde países de governo democrático a outros

⁴ Ver Fabrizio Battistelli, *Armi, Nuovo Modello di Sviluppo?*, Turim, Einaudi.

⁵ Seymour Melman falava de «capitalismo militar». Ver Seymour Melman. *The Pentagon Capitalism. The Political Economy of War*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1970.

dominados por ditaduras, até grupos nacionalistas, núcleos terroristas e chegando mesmo ao crime organizado (nomeadamente nos países produtores de droga).

Mas deve o armamento ser visto como qualquer outra mercadoria? Mesmo que não se queira ter em consideração questões éticas, convém recordar o chamado «efeito de boomerang» - ou seja, o armamento pode voltar-se contra o país que o produziu. Um exemplo conhecido foi o da guerra das Malvinas, onde grande parte dos 250 soldados britânicos que morreram foram vítimas de armamento proveniente do seu próprio país: os motores britânicos Rolls Royce equipavam os aviões argentinos, e muitos dos elementos dos mísseis *Exocet* são de origem britânica. No caso do Golfo, registaram-se factos análogos. Mesmo a União Soviética, que não participou fisicamente no combate, acabou por ser atingida nos seus interesses, pela perturbação numa zona islâmica situada próximo das suas fronteiras.

O que irá acontecer no pós-guerra do Golfo, em relação ao armamento, e qual a posição europeia?

É previsível que perante o «*shon*» de tanto e tão eficiente armamento se verifique um acréscimo da procura. A lógica do mercado tenderá para um aproveitamento da ocasião, não só para aumentar as vendas mas também para promover novos aperfeiçoamentos. E não faltarão discursos políticos justificadores dessa tendência, em nome da necessidade de aperfeiçoar a estrutura de defesa dos possíveis compradores.

Uma lógica mais dominada pelas considerações políticas deverá partir da constatação da necessidade de tentar tornar efectivo o controlo da difusão de armamento - para o que é fundamental a concertação internacional nesse sentido.

A Europa não pode certamente tomar decisões isoladas, neste como noutros domínios, e continuará a ter em conta as indústrias de armamentos norte-americanas, soviéticas e outras. No entanto, a Comunidade Europeia pode tentar bater-se pelo predomínio da «lógica de mercado» ou da «lógica política» no campo da indústria de armamento e parece-me que o interesse europeu se adequa mais a uma lógica dominada por considerações de ordem política. As grandes linhas de conflitualidade actual (evidente ou latente) passam perigosamente próximas da Europa ou mesmo pelo seu interior. A incentivação do nível dessa conflitualidade que decorreria de uma proliferação de armamento é estrategicamente e politicamente inadequada - ainda que o incremento da produção e venda de armamento pudesse, no curto prazo, revestir-se de efeitos economicamente tonificantes.